



PERFIL DOCENTE E O DESEMPENHO NO ENADE 2015 DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE SANTA CATARINA

SIDNEI GRIPA

FURB

sgripa@furb.br

MARINEI ABREU MATTOS GUARISE

FURB

mariguarise@yahoo.com.br

NELSON HEIN

FURB

hein@furb.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre o perfil docente e a nota contínua do ENADE dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das IES Catarinenses. O método utilizado para atingir o objetivo proposto pode ser classificado como uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva, utilizando-se de dados secundários provindos do censo da educação superior. Foram coletados dados de 148 cursos que participaram do ENADE de Administração e Ciências Contábeis no ano de 2015 e obtiveram a nota contínua do ENADE. Os dados foram analisados utilizando-se de regressão linear múltipla com utilização do software SPSS 22. Os resultados indicam que as variáveis escolhidas relativas ao perfil docente como, Número de Docentes, Nota Bruta de Mestres, Nota Bruta de Doutores e Nota Bruta do Regime de Trabalho, explica 24% e 22% na Nota Contínua do ENADE dos alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis respectivamente. Analisando os dois cursos juntos, o perfil docente explica 22% na Nota Contínua do ENADE. Nas análises individuais e conjunta a Nota Bruta do Regime de Trabalho influencia negativamente o desempenho dos alunos. Conclui-se que apesar dessas variáveis do perfil docente terem uma grande relevância para o cálculo do CPC, eles pouco influenciaram o desempenho dos alunos na Nota Contínua do ENADE.

Palavras chave: ENADE. IES. Administração. Ciências Contábeis. Perfil docente

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, impulsionou mudanças no cenário do setor de ensino superior em diversos aspectos. Dentre estes aspectos destaca-se a segregação do ensino superior, em diversos modelos de Instituições de Ensino Superior (IES), sendo elas: Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), (LUCK, 2000; CARDOSO, 2016). Essas IES ainda podem ser classificadas como públicas e privadas.

Essas mudanças proporcionadas pela LDB (1996), e outras normativas que foram editadas posteriores a LDB (1996) buscaram regular o setor de ensino (LUCK, 2000). Analisando o cenário atual é possível observar as mudanças ocasionadas pela referida lei que possibilitou um crescimento considerável do setor nas últimas décadas. Em 12 de novembro de 2013, foi promulgada a LEI Nº 12.881, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) (BRASIL, 2017). As ICES são instituições sem fins lucrativos.

Conforme Dias Sobrinho (2003), este crescimento da oferta do ensino superior instigou a preocupação do Ministério da Educação (MEC) em promover a efetivação e consolidação de diretrizes de qualidade no ensino superior. Os autores Verhine, Dantas e Soares (2006) reforçam que o processo de avaliação da qualidade do ensino superior começou com a Lei nº 9.131 de 1995, que estabeleceu Exame Nacional de Curso, conhecido popularmente como “Provão” aplicado de 1995 a 2003. A referida lei determinava que o exame deveria ser aplicado à todos os estudantes concluintes e, este instrumento de controle, foi utilizado com outros mecanismos de controles, como o Censo de Educação Superior e Avaliações das condições de ensino (ACE), este último instrumento era aplicado “in loco” por meio de visitas técnicas (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

Em 2002, aconteceu a campanha presidencial e ocorreram diversos debates sobre o modelo atual de avaliação que poderia medir a qualidade do ensino superior (ROTHEN; NASCIUTTI, 2011). Logo após o novo presidente ter assumido o cargo, em agosto de 2003 foi criada uma nova comissão, conhecida como CEA (ROTHEN; NASCIUTTI, 2011). Essa comissão propôs um novo sistema de avaliação chamado SINAES, que foi instituído pela Lei 10.861/2004 (ROTHEN; NASCIUTTI, 2011). Esse novo sistema tem como principal objetivo o aprimoramento das ferramentas de controle que possibilitam medir a qualidade do ensino superior e, entre ele, encontra-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), (ROTHEN; NASCIUTTI, 2011).

Nicolini et al. (2014) considera que aparentemente não se chegou a um consenso quanto ao perfil dos docentes, especialmente no que refere-se a sua qualificação ou titulação, quando observado o desempenho dos alunos frente ao ENADE. Em determinados contextos de áreas do saber como os cursos da área de gestão, especificamente no caso de Administração e Ciências Contábeis, trazer o profissional do mercado, com uma bagagem de conhecimento empírico, resultado das experiências vividas ao longo da vida no desempenho da sua profissão, pode ser algo enriquecedor para discentes e para as IES, (NICOLINI et al., 2014).

No entanto, a exigência por titulação de mestre e/ou doutor, explicitado como indicador de qualidade pelo Conceito Preliminar de Curso (CPC), acaba restringindo a contratação de profissionais do mercado que atendam aos requisitos de titulação *stricto sensu*. Diante deste contexto surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a influência do perfil docente dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de Santa Catarina no desempenho dos alunos no ENADE? Para responder à pergunta de pesquisa, tem-se como objetivo,

analisar a relação entre o perfil docente e a nota contínua do ENADE dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das IES Catarinenses

O presente estudo foi estruturado da seguinte forma: Além da Introdução, que tem como objetivo contextualizar o cenário para que leitor seja inserido ao tema e possa conhecer a pergunta de pesquisa que se pretende investigar e o objetivo, fazem parte do estudo, a Fundamentação Teórica, a Metodologia, os Resultados e a Conclusão.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico será tratado a fundamentação teórica que dá suporte a presente pesquisa. Desta forma, foi dividida a fundamentação teórica em dois subtópicos. O primeiro tópico aborda a temática ENADE como modelo avaliativo utilizado pelo MEC para medir a qualidade do ensino superior no Brasil. No segundo subtópico foi abordado sobre as IES, o impacto da LDB (1996), bem como perfil docente de ensino superior que foi substanciado pelas diretrizes do Conceito Preliminar do Curso (CPC).

2.1 ENADE COMO MEDIDA DE CONTROLE DE QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Martins (2000), no início dos anos 60, o Brasil contava com algumas centenas de instituições, que em sua grande maioria era formada por instituições de pequeno porte. Com o passar do tempo esta realidade foi se modificando influenciada por diversos fatores (MARTINS, 2000). Contribuindo com as observações de Martins (2000), Mancebo, Vale e Martins (2015), afirmam que o ensino superior tem passado por diversas mudanças nas últimas duas décadas, e isto se deve, a uma mudança no perfil da sociedade, influenciada por fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos. O reflexo destes fatores mudou a morfologia do ensino superior brasileiro e culminou com diversas reformas no ensino superior brasileiro.

Reformas ocorridas remeteram à necessidade de expansão do ensino superior (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). No entanto, os autores alertam que por um lado à expansão incentivada nas últimas décadas do ensino superior é compreendida como positiva, por ampliar o acesso da população a este nível de educação. Contudo, deve ser acompanhada com cuidado para que seja assegurado a oferta de um ensino superior de qualidade (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

De acordo com Nicolini et al. (2014), a proliferação do ensino superior no Brasil, se por um lado, atende à demanda da sociedade ao acesso à educação superior, por outro lado, gera desafios para estado, entre eles o de controlar a qualidade do ensino superior que está sendo ofertado pelas instituições. Quanto a questão da qualidade do ensino superior, desde a década de noventa, o governo busca mensurar o desempenho dos cursos ofertados pelas IES, (NICOLINO et al., 2014).

Em 1995, o governo federal, iniciou a implementação de um sistema de avaliação do ensino superior, por meio da lei n. 9.131, que estabelecia o Exame Nacional de Cursos (ENC). Leis subsequentes incluíram o Censo de Educação Superior e Avaliação das Condições de Ensino (ACE). A lei que criou o Exame Nacional de Curso, popularmente chamado de “PROVÃO”, determinava que anualmente em todo território brasileiro fosse aplicado aos estudantes que se encontravam no “*Status*” de concluintes de cursos superiores, uma prova para avaliar o seu conhecimento. Outras políticas tentaram incentivar a avaliação do ensino superior no Brasil, no entanto, o ENC foi a primeira medida política, aplicada de forma universal e obrigatória, com sanção condicionante, ou seja, liberação do diploma apenas para aqueles que realizassem o exame. (VERHINE; DANTAS; SORARES, 2006).

Desde a implantação por parte do governo dos sistemas de avaliação da qualidade do ensino superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), ficou responsável pela elaboração e aplicação das provas nas IES (VERHINE; DANTAS; SORARES, 2006). Os cursos que permanecem fora da avaliação pelo regulada pelo INEP referem-se à avaliação da pós-graduação, pois, desde 1976 é de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), (VERHINE; DANTAS; SORARES, 2006).

O Ministério da Educação (MEC), solicitou a Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA), que estuda o tema da avaliação do ensino superior no Brasil que analisa-se a atual conjuntura e emitisse uma parecer. Em agosto de 2003 o CEA divulgou uma nova proposta de avaliação, que possibilitava uma compreensão melhor de desempenho do ensino superior, com componentes articulados e integrados, conhecido pelo nome de Sistema Nacional de Avaliação da Educação do Ensino Superior (SINAES), (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO).

Por meio dos SINAES, o governo poderia analisar diferentes dimensões, como: estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos e responsabilidade sociais, das IES e dos cursos que são ofertados por elas. Na proposta apresentada, definiu-se que os resultados devem ser divulgados, ou seja, deveriam ser públicos (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO).

O SINAES realiza uma avaliação articulada e integrada das IES, desta forma, procura-se avaliar três dimensões da IES: Avaliação da Instituição (AI), Avaliação do Curso (AC) e uma avaliação do aprendizado recebido pelo aluno que é realizado por meio do ENADE. Verhine, Dantas e Soares (2006) explicam que a prova ENADE avalia os alunos em relação aos conteúdos curriculares que receberam ao longo de sua formação na graduação, bem como, a competência de compreender sobre assuntos relativos a questões brasileiras e internacionais.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação (INEP, 2017). O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar. A primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento (INEP, 2017).

2.2 A IES E O PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR COMO MEDIDA DE QUALIDADE

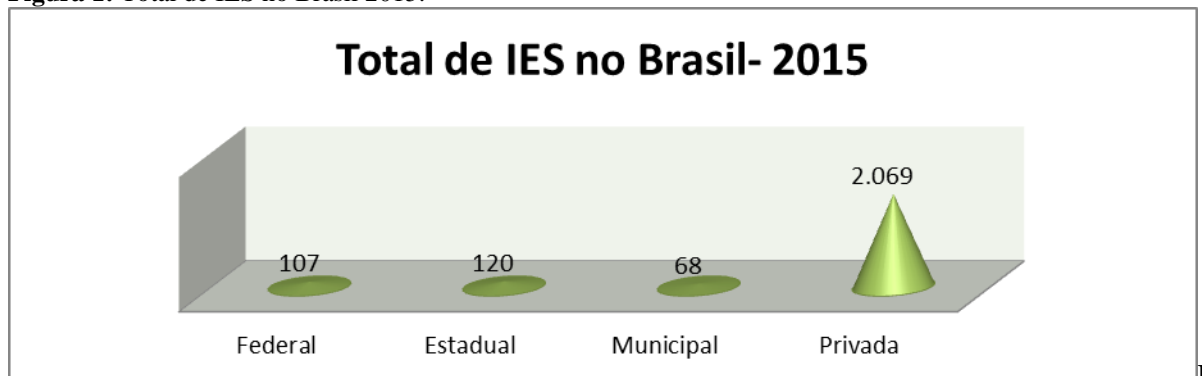
Para compreender o desenvolvimento da atividade de professor do ensino superior na contemporaneidade, deve-se primeiro observar a trajetória da legislação que regula as IES brasileiras, pois, este fator tem impacto direto na profissão do professor do ensino superior.

No Brasil, o ensino superior recebeu consideráveis mudanças na década de 90 até 1995 a legislação determinava um único modelo de universidade, a partir de 1996, o setor educacional passou a ser regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, decretos, portarias e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CUNHA, 2006). As mudanças nos mecanismos de controle do setor educacional abriram espaço para expansão do ensino superior brasileiro, principalmente no que tange ao setor privado (MENEGHEL, 2001). A expansão além de abrir as portas para o setor privado na educação, segregou a realidade educacional do país em: Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), (CARDOSO, 2016).

As mudanças nas normas que regulam o ensino superior, incentivaram o aumento das IES no Brasil. O número de instituições pode ser observado na Figura 1. Em 1996 o Brasil

possuía 922 IES, conforme dados divulgados anualmente pelo INEP. O mesmo órgão divulgou o relatório da Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2015, e nesse relatório o Brasil ampliou o número de IES para 2364, sendo que 295 das 2364 Instituições encontram-se no setor público e 2069 no setor privado.

Figura 1: Total de IES no Brasil 2015.



Fonte: INEP 2015- Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.

Conforme Martins (2000), o aumento das instituições de ensino superior no Brasil, não deriva unicamente da mudança na legislação brasileira que regula o setor, mas da intensidade das mudanças socioeconômicas que impactam na sociedade de um modo geral, e causam reflexos em todos os eixos da economia não excluindo a educação (MARTINS, 2000). A Ascensão do ensino superior nos últimos anos, culminou com aumento do número de professores que atuam no setor da educação do ensino superior, principalmente no setor privado (MARTINS, 2000).

Conforme a Tabela 1, atualmente, são 401.299 professores ativos que atuam no ensino superior, sendo que, os professores atuam em instituições públicas e privadas. Cabe aqui observar que o mesmo docente pode atuar em uma ou mais instituições. Analisando a Tabela 1 pode-se observar que a maior concentração de professores com títulos de mestres e doutores encontram-se em Instituições públicas. As IES públicas são regidas por normativa que define o seu quadro funcional de docentes, sendo que no mínimo 1/3 devem ser mestres e doutores (CARDOSO, 2016).

Tabela 1: Número de docentes Ativos em 2015.

Unidade da Federação /Categoria Administrativa	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil	401.299	34	6.982	88.038	160.804	145.441
Pública	174.436	20	6.452	17.787	51.631	98.546
Federal	111.086	10	4.791	7.082	31.308	67.895
Estadual	55.504	10	1.505	8.007	16.907	29.075
Municipal	7.846	*	156	2.698	3.416	1.576
Privada	226.863	14	530	70.251	109.173	46.895

Fonte: INEP 2015- Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.

Os dados apresentados na Figura 1 complementados pela Tabela 1 demandam determinada preocupação por parte dos órgãos que regulam a qualidade do ensino superior no Brasil, pois, demonstram um crescimento considerável tanto de oferta do ensino como do uso de recursos humanos especializados. Medir a qualidade do ensino é uma das preocupações do SINAES e, portanto não é uma das tarefas mais fáceis, pois a qualidade que é um adjetivo

pode modificar-se, conforme o contexto que se analisa e a realidade socioeconômica de uma população. Desta forma, o SINAES busca medir a qualidade usando indicadores que sejam válidos e, dentre os indicadores que medem a qualidade do ensino, um indicador válido é a qualificação ou titulação docente. Ruff (2009), afirma que a qualidade das IES é medida pela qualidade dos seus docentes.

Ao tentar medir a qualidade do ensino pela titulação do docente, os dados expostos por meio dos resultados divulgados pelo INEP permitem que pesquisadores de qualquer área do saber possam fazer aferições. A qualificação docente permite observar o “*Status Quo*” do docente e ainda permite descrever o perfil do docente de determinada instituição independente de localização geográfica, ou, de determinado curso.

A qualificação por meio da pós-graduação, principalmente “*Stricto Sensu*”, ou seja, aquela oriunda do mestrado e doutorado, em qualquer parte do mundo, sempre foi concebida como o mola propulsora de renovação dentro das Instituições de ensino superior, desta forma, não e por acaso que este tipo de qualificação é utilizada como medida de controle de qualidade. (BRENNAN, 2002).

2. METODOLOGIA

O presente estudo quanto ao objetivo de analisar a relação entre o perfil docente e a nota contínua do ENADE enquadra-se como descritivo, devido à descrição da relação entre os fenômenos estudados. Referente aos procedimentos configura-se como documental pela utilização do relatório do INEP/ENADE 2015. Com relação à abordagem de pesquisa, trata-se de uma pesquisa quantitativa pela utilização de regressão linear múltipla para a análise dos dados.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa correspondeu a todos os 153 cursos de administração e ciências contábeis do estado de Santa Catarina aptos a realizar o ENADE 2015. A amostra correspondeu a 148 cursos, pois os cursos das IES UNOESC – administração em Xanxerê, UNOESC – administração em Capinzal, UNOESC – ciências contábeis em Xanxerê, FADEC – administração em Florianópolis, UNIBAVE – administração em Cocal do Sul ficaram sem a nota contínua do ENADE por não possuírem o número de acadêmicos mínimo para a realização da prova. O período de análise correspondeu ao ano de 2015.

No quadro 1 apresenta-se a discriminação de todos os cursos de administração e ciências contábeis das IES catarinenses que realizaram a prova ENADE, bem como a cidade de origem dos cursos.

Quadro 1: Cursos de administração e ciências contábeis que realizaram o ENADE 2015.

Sigla da IES	Curso	Cidade	Sigla da IES	Curso	Cidade	Sigla da IES	Curso	Cidade
Udesc	Adm	Florianópolis	Unisul	Adm	Florianópolis	Fameblu	Cc	Blumenau
Udesc	Cc	Ibirama	Unisul	Adm	Tubarão	Fubsj	Adm	São José
Furb	Adm	Blumenau	Unisul	Cc	Tubarão	Fubsj	Cc	São José
Furb	Cc	Blumenau	Unisul	Cc	Araranguá	Inesa	Adm	Joinville
Unidavi	Adm	Rio do sul	Unisul	Cc	Palhoça	Favim	Adm	Brusque
Unidavi	Adm	Taio	Unisul	Cc	Braço do Norte	Favim	Cc	Brusque
Unidavi	Adm	Presidente Getúlio	Unisul	Cc	Tubarão	Faem	Adm	Chapecó
Unidavi	Cc	Rio do sul	Ufsc	Adm	Florianópolis	Faem	Cc	Chapecó

Unidavi	Cc	Taió	Ufsc	Adm	Florianópolis	Fae	Adm	Blumenau
Univille	Adm	Joinville	Ufsc	Cc	Florianópolis	Facc	Adm	Concórdia
Univille	Adm	São bento do Sul	Ufsc	Cc	Florianópolis	Facc	Cc	Concórdia
Univille	Adm	São Francisco do Sul	Católica	Adm	Jaraguá do Sul	Unochapecó	Adm	Chapecó
Univille	Cc	Joinville	Católica	Cc	Jaraguá do Sul	Unochapecó	Adm	São Lourenço do Oeste
Univille	Cc	São Bento do Sul	Uniplac	Adm	Lages	Unochapecó	Cc	Chapecó
Unoesc	Adm	Joaçaba	Uniplac	Cc	Lages	Unochapecó	Cc	São Lourenço do Oeste
Unoesc	Adm	Videira	Iesgf	Adm	São José	Estácio	Adm	Florianópolis
Unoesc	Adm	São Miguel d'Oeste	Iesgf	Cc	São José	Estácio	Cc	Florianópolis
Unoesc	Adm	Maravilha	Fbm	Adm	Florianópolis	Sociesc	Adm	Balneário Camboriú
Unoesc	Adm	Chapecó	Fbm	Cc	Florianópolis	Sociesc	Cc	Balneário Camboriú
Unoesc	Cc	Videira	Sociesc	Adm	Joinville	Horus	Adm	Pinhalzinho
Unoesc	Cc	Chapecó	Sociesc	Cc	Joinville	Horus	Cc	Pinhalzinho
Univali	Adm	Itajaí	Cesusc	Adm	Florianópolis	Sociesc	Adm	Florianópolis
Univali	Adm	Biguaçu	Uniasselvi	Adm	Indaial	Sociesc	Cc	Florianópolis
Univali	Adm	Tijucas	Uniasselvi	Adm	Indaial	Facvest	Adm	Lages
Univali	Adm	Balneário Camboriú	Uniasselvi	Cc	Indaial	Facvest	Cc	Lages
Univali	Adm	Balneário Camboriú	Uniasselvi	Cc	Indaial	Famesul	Adm	Rio do Sul
Univali	Adm	São José	Ifes	Adm	Itajaí	Unibave	Adm	Orleans
Univali	Cc	Itajaí	Ifes	Cc	Itajaí	Unibave	Cc	Orleans
Univali	Cc	Biguaçu	Estácio	Adm	São José	Unibave	Cc	Cocal do Sul
Unifebe	Adm	Brusque	Fcj	Adm	Joinville	Fap	Adm	Palmitos
Unifebe	Cc	Brusque	Fadec	Adm	Florianópolis	Fap	Cc	Palmitos
Unc	Adm	Canoinhas	Fean	Adm	Florianópolis	Fapag	Adm	Porto Belo
Unc	Adm	Curitibanos	Fean	Cc	Florianópolis	Usj	Adm	São José
Unc	Adm	Mafra	Ibes	Adm	Blumenau	Usj	Cc	São José
Unc	Adm	Concordia	Ibes	Cc	Blumenau	Anhanguera	Adm	Joinville
Unc	Adm	Rio Negrinho	Esucrí	Adm	Criciúma	Anhanguera	Cc	Joinville
Unc	Adm	Mafra	Esucrí	Cc	Criciúma	Fmp	Adm	Palhoça
Unc	Cc	Mafra	Sei/Fai	Adm	Itapiranga	Faach	Adm	Chapecó
Unc	Cc	Curitibanos	Sei/Fai	Cc	Itapiranga	Faach	Cc	Chapecó
Unc	Cc	Concordia	Fameg	Adm	Guaramirim	Fatenp	Adm	Palhoça
Unc	Cc	Canoinhas	Fameg	Cc	Guaramirim	Fatenp	Cc	Palhoça
Unc	Cc	Mafra	Facisa-Celer	Adm	Xaxim	Uniarp	Adm	Caçador
Unesc	Adm	Criciúma	Facisa-Celer	Cc	Xaxim	Uniarp	Adm	Fraiburgo
Unesc	Adm	Criciúma	Fucap	Adm	Capivari de	Uniarp	Cc	Caçador

					Baixo			
Unesc	Adm	Criciúma	Fucap	Cc	Capivari de Baixo	Uniarp	Cc	Fraiburgo
Unesc	Cc	Criciúma	Sinergia	Adm	Navegantes	Uffs	Adm	Chapecó
Unisul	Adm	Tubarão	Avantis	Adm	Balneário Camboriú	Católica	Adm	Joinville
Unisul	Adm	Araranguá	Avantis	Cc	Balneário Camboriú	Católica	Cc	Joinville
Unisul	Adm	Palhoça	Fasc	Cc	São José			
Unisul	Adm	Braço do Norte	Fameblu	Adm	Blumenau			

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Quadro 1, pode-se observar que no estado de Santa Catarina 85 cursos de administração realizaram a prova do ENADE em 2015, enquanto 63 cursos de ciências contábeis realizaram a prova no mesmo ano.

3.2 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados se deu por meio da base de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) através do seu portal (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/relatorios>). O Quadro 2 apresenta a variável dependente e as variáveis independentes da pesquisa.

Quadro 2: Variáveis da pesquisa.

Variável Dependente	Variáveis Independentes	Fonte
Nota contínua do ENADE	Número de docentes; Nota bruta de mestres; Nota bruta de doutores; Nota bruta regime de trabalho.	Base de dados ENADE – INEP 2015

Fonte: Elaborados pelos autores.

Os dados coletados foram analisados utilizando-se da regressão linear múltipla. A regressão linear múltipla tem como objetivo verificar se existe relação entre uma variável dependente e várias variáveis independentes (HAIR JR et al, 2005). Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados em planilha Excel e posteriormente tratados utilizando-se do software SPSS 22.

3. RESULTADOS

Na sequência, apresentam-se os resultados da regressão linear múltipla dividida em três blocos: curso de Administração isolado, curso de Ciências Contábeis isolado e a regressão com os dados dos dois cursos juntos.

Foi utilizada como variável dependente a Nota Contínua do ENADE e como variáveis independentes o Número de Docentes dos cursos, a Nota Bruta de Mestres, a Nota Bruta de Doutores e a Nota Bruta do Regime de Trabalho. Os resultados referentes ao curso de Administração analisado isoladamente estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2: Regressão do curso de Administração.

Resumo do Modelo		Coefficiente não padronizados	Coefficiente padronizados	t	Sig	Estatística de Colinearidade		R quadrado	Anova	
		B	Beta			Tolerância	VIF			
Nota contínua do ENADE	Administração	(Constante)	1,546		3,769	0,000			0,242	0,000
		Número de docentes	0,012	0,311	3,181	0,002	0,992	1,008		
		Nota bruta de mestres	0,926	0,206	1,418	0,160	0,451	2,218		
		Nota bruta de doutores	1,226	0,303	2,249	0,027	0,521	1,921		
		Nota bruta regime de trabalho	-0,631	-0,194	-1,549	0,125	0,603	1,659		

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 2, que a Análise de Variância (Anova) demonstra a significância do modelo ($p\text{-Value} < 0,01$) e rejeita a hipótese nula, ou seja, confirma a hipótese alternativa e a regressão se mostra significativa. É possível observar também as evidências da consistência estatística do modelo pelo valor de Tolerância que para apresentar multicolineariedade aceitável precisa apresentar escala de 1 até 0,10 (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). O valor VIF com índices abaixo de 10, também determinam que as variáveis estão ausentes de multicolineariedade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

O resumo da regressão do curso de Administração apresentou como coeficiente de determinação (R^2) o valor de 0,242, significando que as quatro dimensões do perfil docente das IES explicam apenas 24% da Nota Contínua do ENADE obtida pelos alunos. Analisando os coeficiente de “Beta” padronizado é possível observar que as variáveis Número de Docentes (0,311), e Nota Bruta de Doutores (0,303) são as mais representativas, ou seja, impactam mais no desempenho da Nota Contínua do ENADE pelo alunos.

Os resultados referentes ao curso de Ciências Contábeis analisado isoladamente estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3: Regressão do curso de Ciências Contábeis.

Resumo do Modelo		Coefficiente não padronizados	Coefficiente padronizados	t	Sig	Estatística de Colinearidade		R quadrado	Anova	
		B	Beta			Tolerância	VIF			
Nota contínua do ENADE	Ciências Contábeis	(Constante)	1,707		6,765	0,000			0,222	0,001
		Número de docentes	0,015	0,377	3,238	0,002	0,933	1,072		
		Nota bruta de mestres	0,795	0,330	2,043	0,046	0,487	2,053		
		Nota bruta de	-0,002	-0,001	-0,004	0,997	0,532	1,88		

	doutores							
	Nota bruta regime de trabalho	-0,319	-0,145	-1,044	0,301	0,653	1,532	

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 3, que a Análise de Variância (Anova) demonstra a significância do modelo ($p\text{-Value} < 0,01$) e rejeita a hipótese nula, ou seja, confirma a hipótese alternativa e a regressão se mostra significativa. É possível observar também as evidências da consistência estatística do modelo pelo valor de Tolerância que para apresentar multicolineariedade aceitável precisa apresentar escala de 1 até 0,10 (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). O valor VIF com índices abaixo de 10, também determinam que as variáveis estão ausentes de multicolineariedade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

O resumo da regressão do curso de Ciências Contábeis apresentou como coeficiente de determinação (R^2) o valor ainda menor de 0,222, significando que as quatro dimensões do perfil docente das IES explicam apenas 22% da Nota Contínua do ENADE obtida pelos alunos. Analisando os coeficiente de “Beta” padronizado é possível observar que as variáveis Número de Docentes (0,377), e Nota Bruta de Mestres (0,330) são as mais representativas, ou seja, impactam mais no desempenho da Nota Contínua do ENADE pelo alunos. As variáveis Nota Bruta de Doutores (-0,001) e a Nota Bruta do Regime de Trabalho (-0,145), impactam negativamente na Nota Contínua do ENADE.

Os resultados referentes a análise dos dois cursos: Administração e Ciências Contábeis juntos estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4: Regressão curso de Administração / Ciências Contábeis.

Resumo do Modelo		Coefficiente não padronizados	Coefficiente padronizados	t	Sig	Estatística de Colinearidade		R quadrado	Anova	
		B	Beta			Tolerância	VIF			
Nota contínua do ENADE	Administração / Ciências Contábeis	(Constante)	1,728		7,473	0,000			0,222	0,000
		Número de docentes	0,012	0,307	4,121	0,000	0,982	1,018		
		Nota bruta de mestres	0,701	0,203	1,921	0,057	0,486	2,059		
		Nota bruta de doutores	0,850	0,229	2,279	0,024	0,54	1,853		
		Nota bruta regime de trabalho	-0,458	-0,162	-1750	0,082	0,637	1,569		

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4, que a Análise de Variância (Anova) demonstra a significância do modelo ($p\text{-Value} < 0,01$) e rejeita a hipótese nula, ou seja, confirma a hipótese alternativa e a regressão se mostra significativa. É possível observar também as evidências da consistência estatística do modelo pelo valor de Tolerância que para apresentar multicolineariedade aceitável precisa apresentar escala de 1 até 0,10 (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). O valor VIF com índices abaixo de 10, também determinam que as variáveis estão ausentes de multicolineariedade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

O resumo da regressão dos cursos de Administração e Ciências Contábeis apresentou como coeficiente de determinação (R^2) o valor de 0,222, significando que as quatro dimensões do perfil docente das IES explicam apenas 22% da Nota Contínua do ENADE

obtida pelos alunos dos dois cursos. Analisando os coeficiente de “Beta” padronizado é possível observar que as variáveis Número de Docentes (0,307), e Nota Bruta de Doutores (0,229) são as mais representativas, ou seja, impactam mais no desempenho da Nota Contínua do ENADE pelo alunos. As variável Nota Bruta do Regime de Trabalho (-0,162), impacta negativamente na Nota Contínua do ENADE.

4. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo verificar qual é a influência do perfil dos docentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das IES Catarinenses na nota contínua do ENADE. Utilizou-se uma amostra de 148 cursos de Administração e Ciências Contábeis de instituições de ensino superior de Santa Catarina. As variáveis utilizadas foram: variável dependente: a Nota Contínua do ENADE e variáveis independentes: Número de Docentes, Nota Bruta de Mestres, Nota Bruta de Doutores e Nota Bruta do Regime de Trabalho.

Os resultados da regressão linear múltipla revelaram que as variáveis independentes explicam 24% na Nota Contínua do ENADE dos alunos do curso de Administração. Explicam também 22% na Nota Contínua do ENADE dos alunos do curso de Ciências Contábeis e analisando os dois cursos juntos, explicam 22% na Nota Contínua do ENADE dos alunos.

Conforme apresentado nos resultados deste estudo as variáveis independentes se mostraram pouco relevantes para explicar a Nota Contínua do ENADE dos alunos de Administração e Ciências Contábeis do estado de Santa Catarina. Mesmo que algumas variáveis tenham maior poder de explicação em relação a outras, todas podem ser consideradas não muito relevantes.

O MEC atribuiu grande importância nos seus instrumentos de avaliação das IES como: ENADE, Avaliação in loco entre outros, para variáveis do perfil docente: Número de Docentes, Nota Bruta de Mestres, Nota Bruta de Doutores e Nota Bruta do Regime de Trabalho. Inclusive essas variáveis representam 30% do Conceito Preliminar no Curso (CPC). No entanto essas variáveis pouco influenciaram o desempenho dos alunos na Nota Contínua do ENADE.

Como limitação do trabalho, pode-se destacar a utilização de apenas dois cursos e a concentração no estado de Santa Catarina. Outro aspecto é utilizar outros métodos para confirmar os resultados encontrados. Como sugestão de pesquisa, apresenta-se a possibilidade de investigar outros cursos em diversos estados, podendo ampliar também o número de variáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10861 de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL, lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 02 maio 2017.

BRASIL, lei nº 12.881 de 24 de novembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm>. Acesso em: 04 agosto 2017.

BRENNAN, J.; SHAH, T. **Managing quality in higher education**. Buckingham, UK: Open University Press, 2002.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves. O PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR HOJE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS. **Cadernos da FUCAMP**, v. 15, n. 23, 2016.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. **São Paulo: Atlas**, p. 280-323, 2007.

CUNHA, MI da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 258-271, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. 2003.

HAIR JR, Joseph F. et al. Análise Multivariada de dados. Tradução: Adonai Schlup Sant 'Anna e Anselmo Chaves Neto. 2005.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>> . Acesso em: 04 agosto 2017.

LUCK, H. Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 17, p. 3-5, fev./jun. 2000.

MANCEBO, Deise; ARAUJO DO VALE, ANDRÉA; BARBOSA MARTINS, TÂNIA. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista brasileira de educação**, v. 20, n. 60, 2015.

MENEGHEL, S. M. **A Crise da Universidade Moderna no Brasil**. Disponível em:< <http://www.25reuniao.anped.org.br/stelamariameneghelt11.rtf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

MARTINS, Carlos Bendito. Ensino superior brasileiro nos anos 90. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: 2000. Mimeo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

NICOLINI, Alexandre Mendes; DE ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TORRES, Adriana Amadeu Garcia. COMPARANDO OS RESULTADOS DO ENADE 2009 POR NÚMERO DE INSTITUIÇÕES E NÚMERO DE ESTUDANTES: COMO ANDA O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 1, p. 161-196, 2013.

NICOLINI, Alexandre Mendes; TORRES, Adriana Amadeu Garcia; MACEDO, Paulo Cesar de Albuquerque; CÂMARA, Evandro de Campos. A CORRELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE DOCENTES MESTRES E DOUTORES E O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NO ENADE: A REALIDADE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO. **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2014**. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131353>>. Acesso em: 11 maio 2017.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio**, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006.

ROTHEN, José Carlos; NASCIUTTI, Fernanda. A Educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do ENADE 2005-2006. **Revista Diálogo Educacional**, v. 11, n. 32, 2011.

RUFF, Michael; THIBODEAU, Jay C.; BEDARD, Jean C. A profession's response to a looming shortage: Closing the gap in the supply of accounting faculty. **Journal of Accountancy**, v. 207, n. 3, p. 36, 2009.

Sinopses Estatísticas do Enade. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-enade>>. Acesso em: 02 maio 2017.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. From the National Course Exam (Provão) to ENADE: a comparative analysis of national exams used in Brazilian High School. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.